

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/002215
RECORRENTE: RAPHAEL RIBEIRO DOS SANTOS SOUZA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: C000075180

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 209 do CTB, “Evadir-se para não efetuar o pagamento do pedágio.” Recurso que se acolhe em razão da ausência de dupla notificação. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do **Art. 209 do CTB, “Evadir-se para não efetuar o pagamento do pedágio.”**, na data de **04/08/2017**, na Rod. BA535, Km 15,85 ENTR BA 531 – ENTR BA 526 (RÓTULA DA CEASA), na cidade de Camaçari/Bahia, pelo que argui matérias de Fato e Direito.

O Recorrente faz requerimento de apresentação de condutor para terceiros, servindo-se de Recurso a esta JUNTA, fazendo o aludido requerimento fora do prazo legal. Acosta aos autos as cópias dos documentos como, **cópia do CRLV e outros documentos**

Aduz que não recebeu a notificação em tempo hábil.

A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou documento pessoal de identificação, CNH, cópia do CRLV.

É o relatório.

Voto

Em que pese, o Órgão Autuador tenha agido diligentemente, pois promoveu a expedição da NAI dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, nos termos que informou na própria NAI (Autuação **04/08/2017**/expedição pelo Órgão Autuador SIT/SEINFRA aos Correios/ECT em **31/08/2017**) percebe-se que a correspondência não foi entregue no endereço do Recorrente em tempo hábil, o que implicou, por óbvio, cerceio de defesa prazo para apresentação de condutor e para defesa de Autuação.

Diante do exposto, se impõe o acolhimento das razões recursais, pois atende aos interesses legais do Recorrente, diante do manifesto prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo administrado, quando da primeira notificação, e diante do emanado pelo **artigo 257, §7º do CTB e da Resolução nº 619/2016 do CONTRAN**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. C000075180 lavrado contra **RAPHAEL RIBEIRO DOS SANTOS SOUZA**, insubsistente, determinando o seu arquivamento.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, julgando insubsistente o Auto de Infração de nº. **C000075180** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Salvador - BA, 08 de dezembro de 2020.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – SEINFRA - Presidente

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular – SIT

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em acompanhamento dos trabalhos - SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe - Membro suplente em exercício - FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Secretário interino da JARI – SEINFRA / SIT